

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
**XVI LEGISLATURA - 1.ª Sessão Legislativa**

**Síntese da audição de Peticionários**

**[PETIÇÃO N.º 22/XVI/1.ª](#)**

**«Manifesto da Insubmissão Médica aos poderes político e económico»**

**DIA:** 11 de junho de 2024

**HORA:** 14h00

**Peticionários presentes:** Alberto Jaime Marques Midões, Cirurgião Geral e Mário Jorge Neves, médico especialista em Saúde Pública e Medicina do Trabalho.

**Número de assinaturas:** 9 273

**Deputados presentes:** Deputada Relatora Susana Correia (PS), Ana Oliveira (PSD), Armando Grave (CH), Francisco Sousa Vieira (PSD), Irene Costa (PS), Miguel Guimarães (PSD), Sandra Ribeiro (CH), Sofia Carreira (PSD) e Sónia Monteiro (CH).

**Sumário das questões abordadas:**

A Deputada Relatora Susana Correia (PS) cumprimentou os peticionários, agradecendo a sua disponibilidade, dando-lhes de seguida a palavra para uma intervenção inicial.

O **Dr. Alberto Midões** começou por agradecer a disponibilidade para a realização da audição, afirmando que este manifesto tem um ano de pensamento e transformou-se numa petição com mais de 9 mil assinaturas, as quais foram recolhidas num momento de grande dificuldade para os médicos, quer do ponto de vista laboral, quer do ponto de vista profissional, considerando que o ano de 2023 foi um ano de extrema dificuldade

porquanto não existia, até então, discussão do ponto de vista laboral com os sindicatos enquanto, simultaneamente, vivia-se no plano profissional um momento difícil em relação à ordem dos médicos, fruto da lei das Associações Públicas Profissionais, que tinha sido publicada em março e que determinou alterações profundas na regulamentação das ordens e em particular da ordem dos médicos.

Afirmou ainda que, nessa circunstância particularmente difícil para os médicos e obviamente para o Serviço Nacional de Saúde, entendeu-se fazer este manifesto de insubmissão, porque se entendeu que tudo teria a ver com um grau de dependência do poder económico e também do poder político.

Referiu ainda que, passado um ano, seria possível interrogar se a situação melhorou, mas todos têm a ideia de que a situação piorou, porque, entretanto, apareceu um fator imprevisto, que foi a alteração do Governo, uma nova legislatura, um novo Governo e, portanto, todo este processo que, na interrupção da discussão, quer a nível dos sindicatos, quer a nível da própria Ordem, passou para um terreno que não é o melhor, devido à instalação de “movimentos inorgânicos que se instalaram através das redes sociais.

Afirmou que aquilo que teriam sido compromissos assumidos entre o Governo e a ordem dos médicos, em particular sobre aquilo que seriam as implicações das alterações de estatutos acabaram por não se concretizar e no dia 5 de janeiro, data do aniversário do nosso atual bastonário, sem se terem em conta as alterações que teriam estado em princípio acordadas relativamente aos estatutos de ordens médicas, essas leis foram aprovadas e estão implementadas com graves consequências para aquilo que é função reguladora de ordens médicas.

Por fim, referiu que não há Serviço Nacional de Saúde sem médicos e que não há Serviço Nacional sem médicos motivados, dignificados e, portanto, se isso não acontecer, haverá claramente dificuldades, ficando o Serviço Nacional de Saúde em risco.

De seguida, o **Dr. Mário Neves**, afirmou que este manifesto surgiu num momento de elevados problemas profissionais e de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, com o encerramento de urgências, encerramentos de consultas de especialidade, etc.

Afirmou que, a nível da Europa, a classe profissional médica em Portugal é a que tem maior grau de exigências relativamente a todo o processo formativo e de

regulação da profissão médica. Assim, surgiu a ideia, perante o clamor de insatisfação que iam vendo nas redes sociais e nas conversas com os colegas nos locais de trabalho, surgiu esta designação de insatisfação médica relativamente aos poderes político e económico, como uma forma desta designação reforçar o carácter autónomo e independente deste movimento cívico, que pretende ser de reflexão e de proposição.

Por fim, fez referência à interligação estreita e indissolúvel entre aquilo que são as movimentações e as reivindicações dos médicos e aquilo que é a própria missão do Serviço Nacional de Saúde, ou seja, o Serviço Nacional de Saúde tem funcionado ao longo destas décadas como uma almofada social como um amortecedor das injustiças que as regras do mercado e do sistema económico geram, e tem sido também um elevador social que tem possibilitado aumentar o grau de coesão social da sociedade. O Serviço Nacional de Saúde depende, em grande medida, da capacidade que os médicos têm de formular propostas para a resolução dos problemas com que se debatem no dia-a-dia no funcionamento dos serviços públicos de saúde.

De seguida, foi dada a palavras aos Grupos Parlamentares presentes, para uma intervenção.

O Sr. **Deputado Alberto Machado (PSD)**, começou por agradecer aos petiçãoários, referindo que esta petição destaca vários aspetos cruciais da saúde em Portugal, frequentemente ofuscados por debates menos significativos. A petição mencionada, assinada por 9.273 médicos, ressalta a importância do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e da carreira médica. A carreira médica é fundamental para a existência e funcionamento do SNS. Sem uma carreira estruturada, o SNS não existiria. A carreira médica precisa ser valorizada e atualizada para atrair mais profissionais ao SNS, um desafio existente há anos e ainda não resolvido, apesar das negociações com sindicatos médicos e a Ordem dos Médicos.

Assinalou ainda que a petição sublinha a necessidade de respeito, dignidade e valorização dos profissionais que diariamente constroem o SNS e salvam vidas. A negociação recente entre sindicatos e o ex-Ministro da Saúde Tomás Pizarro abordou algumas questões, mas outras permanecem pendentes, necessitando novas negociações com o atual Ministério da Saúde.

O conceito do ato médico é crucial para proteger os doentes, estabelecendo claramente as funções de médicos, enfermeiros, técnicos e farmacêuticos. Este conceito regula a profissão médica, permitindo que os médicos atuem dentro de suas competências. O Estatuto da Ordem dos Médicos, incluindo a participação de não-médicos em órgãos disciplinares, levanta preocupações, pois estas pessoas podem não ter o conhecimento necessário sobre a profissão médica para tomar decisões informadas.

A **Sra. Deputada Irene Costa (PS)**, após cumprimentar os peticionários, afirmou que as preocupações referidas pelos peticionários também eram partilhadas pelo GP do PS, que se preocupa que sejam garantidos e prestados cuidados de saúde eficientes, acessíveis e próximos dos cidadãos.

Afirmou que, apesar de concordar com a opinião manifestada quanto ao SNS e às carreiras médicas, não partilhava da ideia segundo a qual a carreira médica é um "inimigo interno" a ser eliminado, pois acredita que os médicos são parceiros essenciais no SNS e é crucial que trabalhem em harmonia para continuar a oferecer cuidados de qualidade. Referiu que o SNS é uma das maiores conquistas democráticas, corrigindo desigualdades históricas no acesso à saúde. Há 50 anos, quem não tivesse recursos financeiros estava condenado pela falta de cuidados e o SNS pôs fim a esta injustiça, garantindo que todos os cidadãos possam receber cuidados médicos.

Por fim, afirmou que o GP do PS tem sido um defensor fervoroso do SNS e das carreiras médicas, como demonstrado pela recente requalificação de 17 mil enfermeiros e pela criação da Carreira Técnica de Saúde.

De seguida, usou da palavra a Sra. **Deputada Sónia Monteiro (CH)** que, após saudar os peticionários, mencionou que o GP do CH expressa o seu apoio ao SNS. Colocou algumas questões aos peticionários:

- i. questionou a referência a "cartilhas neoliberais" no manifesto e como elas contribuem para a crise atual, apesar do maior orçamento de sempre para a saúde;
- ii. destacou os benefícios das parcerias público-privadas (PPPs) na saúde, citando um relatório do Tribunal de Contas que aponta poupanças e eficiência superiores

- às dos hospitais de gestão pública, e perguntou se estes benefícios são reconhecidos;
- iii. sublinhou a importância do setor social, como as IPSS e Misericórdias, na prestação de cuidados continuados e paliativos, aliviando a pressão sobre os hospitais e promovendo a inclusão social, e pediu a opinião sobre este papel;
  - iv. criticou o Plano de Emergência de Saúde pela sua dependência de incentivos casuísticos e a falta de uma política integrada, além da ausência de consulta aos profissionais de saúde, o que pode resultar em soluções impraticáveis. Perguntou como avaliavam os peticionários o plano.

**Os peticionários, na sua intervenção final,** responderam a algumas das questões colocadas, destacando a excelência do modelo de formação médica em Portugal, que é padronizado e rigoroso, garantindo igualdade de oportunidades para os médicos em todo o país. Mencionaram a crescente demanda por médicos portugueses pelos países mais desenvolvidos da Europa devido à qualidade da formação, fazendo, no entanto, uma crítica à gestão ineficiente dos serviços de saúde, mesmo com grandes investimentos financeiros e assinalando a falta de atualização na organização e funcionamento dos serviços de saúde. Além disso, os peticionários denunciaram a politização na nomeação de gestores de saúde, o que leva à desmotivação dos profissionais.

Adicionalmente, expressaram preocupação com a introdução de políticas neoliberais na saúde, que, segundo ele, minam os direitos constitucionais à saúde. Destacou a escassez de camas de cuidados paliativos e continuados e a necessidade de investimento em serviços sociais para complementar o SNS e criticou a abordagem abrupta na criação de Unidades Locais de Saúde, defendendo uma integração gradual entre cuidados primários e hospitalares.

Além disso, os peticionários questionaram a eficácia das PPPs na saúde, argumentando que as experiências anteriores foram desastrosas e não resultaram em melhorias significativas nos serviços.

Por fim, os peticionários reiteraram que a presente petição não é um programa de governo alternativo, mas sim um alerta sobre os problemas enfrentados pelos médicos e pelo SNS, destacando a importância de futuras discussões para abordar essas questões.

Posto isto, a Deputada Relatora agradeceu as informações prestadas, informando as petionárias sobre a tramitação subsequente.

A reunião foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante do presente relatório.

Palácio de São Bento, em 12 de junho de 2024

A Assessora da Comissão

*Rita Nobre*